

I – RELATÓRIO.

A coligação O PODER É DO POVO, por meio de seu representante, e JOSÉ ALEXANDRE COSTA MENDONÇA, já qualificados, propuseram a presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral em desfavor de **GIL CARLOS MODESTO ALVES, DANTE FERREIRA QUINTANS e outros**, também qualificados, requerendo, no mérito, a cassação dos registros ou diplomas dos candidatos investigados, além da declaração de inelegibilidade e aplicação de multa a todos.

Alegam os investigadores os seguintes fatos:

1) QUANTO A EMPRESA R2 COMUNICAÇÕES

1.a) Que o Município de São João do Piauí/PI contratou, próximo ao início do período vedado, a empresa R2 Comunicações LTDA-ME para publicidade institucional, mas que tal empresa realizou, mascaradamente, propaganda eleitoral para o PRIMEIRO INVESTIGADO, alegando ainda que a referida empresa também propagou por todo o Estado do Piauí que o candidato investigador estava com registro de candidatura indeferido e os votos a ele atribuídos seriam considerados inválidos;

2) QUANTO A SERVIDORA NATÁLIA ARAÚJO DIAS E O SEU ESPOSO, O COMERCIANTE JOSINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA.

2.a) Que a servidora NATÁLIA ARAÚJO DIAS sofre perseguição política desde as eleições municipais de 2012, quando não apoiou o PRIMEIRO INVESTIGADO. Na ocasião, após a vitória do PRIMEIRO INVESTIGADO, a referida servidora foi transferida para zona rural e teve uma redução de 20 horas semanais em sua jornada de trabalho, logrando êxito judicialmente contra a perseguição. A referida servidora, no entanto, diante da pressão sofrida, passou a apoiar a gestão do PRIMEIRO INVESTIGADO, votando nos candidatos apoiados por ele nas eleições estaduais de 2014;

2. b) Que em 2016 o esposo da servidora Natália Araújo Dias, Sr. Josinaldo Francisco de Oliveira, cansado dos abusos praticados pelos cabos eleitorais dos impugnados, resolveu apoiar o candidato investigador, sofrendo, ele e sua esposa, inúmeras retaliações por conta de sua decisão. Ela foi comunicada que seria novamente lotada na zona rural e teria sua carga horária reduzida para 20 horas semanais e ele foi notificado extrajudicialmente pelo Diretor do Departamento de Tributação e Finanças para desocupar a praça onde possui um trailer, sob o argumento de que a praça seria reformada, enquanto nenhum outro comerciante com estabelecimento da mesma praça recebeu qualquer notificação, além do fato da referida praça não ter passado por qualquer reforma;

3) QUANTO AO PROPRIETÁRIO DO BAR LIGADO AO ESTÁDIO MUNICIPAL, SR. ANTONIO EDVALDO RIBEIRO DA SILVA

3.a) Que o Sr. ANTÔNIO EDVALDO RIBEIRO DA SILVA, em razão de sua posição política, logo após as eleições, foi notificado extrajudicialmente para fechar uma janela e uma porta de seu bar que dão acesso a um estádio de futebol do município;

4) QUANTO AOS SERVIDORES MARCELO DE CASTRO DE OLIVEIRA E URBANO JOSÉ DA SILVA.

4.a) Que os senhores MARCELO DE CASTRO DE OLIVEIRA e URBANO JOSÉ DA SILVA, ambos servidores contratados como motoristas do SAMU, foram demitidos logo após as eleições municipais, em razão de terem adotado posição política própria, sendo que o sr. URBANO JOSÉ DA SILVA teve seu salário congelado, passando a receber somente após ter garantido à Secretária de Saúde de São João do Piauí o seu apoio ao PRIMEIRO INVESTIGADO;

5) QUANTO AO SERVIDOR COMISSIONADO ROMÁRIO VILANOVA RODRIGUES.

5.a) Que o servidor comissionado ROMÁRIO VILANOVA RODRIGUES foi exonerado, em fevereiro de 2015, por ter deixado de declarar apoio ao PRIMEIRO INVESTIGADO;

6) QUANTO AO ATENDIMENTO MÉDICO À SENHORA GISELE RODRIGUES SOARES.

6.a) Que o PRIMEIRO INVESTIGADO atendeu, durante o período eleitoral e dentro da Prefeitura Municipal, a Srª GISELE RODRIGUES SOARES, vinculando o atendimento ao voto e assinando com nome e CRM diferentes;

7) QUANTO AO ELEITOR ANCELMO PEREIRA RODRIGUES.

7.a) Que o sr. ANCELMO PEREIRA RODRIGUES recebeu do candidato a vereador EDMAR a quantia de R\$ 2.000,00 para que ele e sua família votassem no aludido candidato a vereador e no PRIMEIRO IINVESTIGADO, candidato a prefeito;

8) QUANTO AO ELEITOR JACKSON GOMES MARQUES.

8.a) Que o eleitor JACKSON GOMES MARQUES, após ter recebido dinheiro para votar no PRIMEIRO INVESTIGADO, foi conduzido na parte da tarde até a seção eleitoral por duas servidoras contratadas do município, fato que causou espanto à mesa da seção eleitoral, pois o referido eleitor já teria votado no turno da manhã;

9) QUANTO A REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO PARQUE 5 DE JULHO

9.a) Que a reforma do Complexo Esportivo Parque 5 de Julho iniciou no período eleitoral;

9.b) Que o convênio firmado com Governo do Estado do Piauí/PI para reforma do complexo esportivo foi assinado apenas em 17/06/2016, sendo que até aquele momento não existia nenhuma obra de reforma;

9.c) Que em resposta a notificação do MPE a prefeitura admitiu expressamente a prática de conduta vedada quando afirmou que o contrato celebrado com CONSTRUTORA MARQUES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS AUTOMOTORES. LTDA-ME só foi assinado em 17/08/2016;

9.d) Que a Prefeitura admitiu mais uma vez o ilícito quando informou que recebeu transferência de recurso para reforma do complexo esportivo no dia 13/07/2016, após o período vedado;

9.e) Que a quantia recebida em 13/07/2016 referia-se a primeira medição. Porém, no site do TCE-PI consta que a abertura dos envelopes das empresas interessadas nas obras da reforma do complexo esportivo ocorreu em 15/07/2016, sendo que no site do Município de São João do Piauí consta o dia 11/08/2016 como data da abertura dos envelopes;

10) QUANTO A REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

10.a) Que o Município de São João do Piauí celebrou convênio com a FUNDESPI para reforma de quadras poliesportivas no município e, consultando o site da prefeitura, verificou-se que houve a realização de licitação na modalidade convite, sendo abertas as propostas no dia 11/06/2016, quando nenhuma das três empresas que se apresentaram foram habilitadas. Porém, no site do TCE-PI consta um participante vencedor da referida licitação, qual seja a empresa FELIPE DE SANTANA MACHADO-EPP, empresa que de fato constava na data da abertura das propostas;

10.b) Que, segundo o Portal da Transparência do Estado do Piauí, houve transferência de recursos do Estado para o Município de São João do Piauí/PI relativos ao convênio, constando ainda a informação de que parte do valor recebido já havia sido executado;

11) QUANTO A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABSTECIMENTO D'ÁGUA NA LOCALIDADE FORMOSA II.

11.a) Que foi celebrado convênio com o Estado do Piauí, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, para implantação de sistema de abastecimento de água na localidade Formosa II, zona rural de São João do Piauí/PI, sendo vencedora do processo licitatório a empresa FELIPE DE SANTANA MACHADO-EPP;

11.b) Que, de acordo com o Portal da Transparência do Estado, o convênio foi firmado em 15/06/2016, sendo que de um montante de R\$ 140.239,52, já houve transferência de R\$ 93.493,01, tendo ocorrido execução de R\$ 94.154,49;

11. c) Que o Município além de não informar a existência do fato ao MPE, omitiu, de maneira suspeita, o fato da já existente transferência de

recursos e execução de parte do objeto;

12) QUANTO AO ASFALTAMENTO DE VIAS NA ZONA URBANA.

12.a) Que o Estado do Piauí, através do Departamento de Rodagens (DER), realizou várias obras de asfaltamento no município, nas vésperas da eleição, tendo o PRIMEIRO INVESTIGADO utilizado de tal obra como realização de sua administração;

12.b) Que o processo administrativo da obra de asfaltamento transcorreu em tempo recorde;

Os investigados apresentaram defesa alegando em suma:

1. EM RELAÇÃO A EMPRESA R2 COMUNICAÇÕES LTDA.ME:

1.a) Que o contrato com a empresa R2 COMUNICAÇÕES LTDA ME foi firmado em 31/08/2015.

1.b) Que a referida empresa não trabalhou junto AO PRIMEIRO INVESTIGADO nas eleições de 2016, sendo o serviço prestado estritamente voltado para ações da administração municipal;

1.c) Que a referida empresa não realizou publicidade institucional irregular;

2. EM RELAÇÃO AOS FATOS ENVOLVENDO A SERVIDORA NATÁLIA ARAÚJO DIAS E O SEU ESPOSO, O COMERCIANTE JOSINAL FRANCISCO DE OLIVEIRA.

2.a) Que a servidora NATALIA ARAÚJO DIAS foi aprovada em concurso público para o cargo de professora do ensino fundamental, com lotação na zona rural e foi contratada em caráter excepcional por mais 20 horas em razão da necessidade da administração da época;

2.b) Que ao assumir a gestão o PRIMEIRO INVESTIGADO promoveu uma reforma administrativa com o objetivo de reduzir despesas com pessoal, ocasião em que foram exonerados ocupantes de cargos em comissão, rescindido contratos de terceirizados e reanalisado o 2º turno concedido a professores, dentre eles a senhora NATÁLIA ARAÚJO DIAS. Em relação ao 2º turno dos professores, alega que a situação foi revertida em razão de acordo na Justiça do Trabalho.

2.c) Que a aludida professora foi aprovada em novo concurso público no município e passou a perceber remuneração referente a 60 horas trabalhadas. Todavia, com a necessidade de convocação de professores aprovados em concurso público para o mesmo cargo em NATÁLIA ARAÚJO DIAS exercia 20 horas adicionais, foram retiradas da servidora as 20 horas adicionais, sublinhando que não houve nenhum prejuízo em sua remuneração.

2.d) Que JOSINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA é proprietário de um trailer localizado na Praça Noé Carvalho.

2.e) Que o Município possui um projeto de urbanização da praça, aguardando somente a liberação de recursos para início do processo de contratação da construtora e execução da obra.

2.f) Que Josinaldo não possui qualquer permissão ou concessão para manter um trailer na praça Noé Carvalho.

2.g) Que Josinaldo é o único comerciante que possui um estabelecimento fixo na praça em questão.

3. EM RELAÇÃO AO SR. ANTÔNIO EDVALDO RIBEIRO DA SILVA.

3.a) Que o sr. ANTÔNIO EDVALDO RIBEIRO DA SILVA achou por bem abrir um balcão de atendimento no muro que divide seu estabelecimento do estádio municipal, transformando o bem público em uma verdadeira extensão do seu imóvel particular, sem possuir qualquer concessão ou permissão para tanto.

4) EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES MARCELO DE CASTRO OLIVEIRA E URBANO JOSÉ DA SILVA.

4.a) Que os servidores MARCELO DE CASTRO OLIVEIRA E URBANO JOSÉ DA SILVA eram contratados como motoristas do SAMU e foram demitidos por justa causa por não comparecerem aos plantões quando eram escalados.

4.b) Que não houve congelamento do salário do servidor URBANO JOSÉ DA SILVA, eis que o mesmo é pago de forma conjunta, o que torna impossível o pagamento individual a cada servidor.

5) EM RELAÇÃO AO SERVIDOR COMISSIONADO ROMÁRIO VILANOVA RODRIGUES.

5.a) Que o servidor ROMÁRIO VILANOVA RODRIGUES foi exonerado do cargo em comissão que ocupava 18 meses antes da eleição.

6) EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO MÉDICO À SENHORA GISELE RODRIGUES SOARES.

6.a) Que O INVESTIGADO GIL CARLOS MODESTO ALVES não realizou atendimento médico à senhora GISELE RODRIGUES SOARES no período vedado.

7) EM RELAÇÃO AO ELEITOR ANCELMO PEREIRA RODRIGUES.

7.a) Que os investigadores não juntaram nenhuma prova que relacionasse os investigados com o suposto ilícito eleitoral envolvendo o Sr. Anelmo Pereira Rodrigues.

8) EM RELAÇÃO AO ELEITOR JACKSON GOMES MARQUES

8.a) Que os investigadores não juntaram nenhuma prova que relacionasse os investigados com o suposto ilícito eleitoral envolvendo o Sr. Jackson Gomes Marques.

9) EM RELAÇÃO A REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO PARQUE 5 DE JULHO.

9.a) Que o convênio foi assinado em 17.05.2016 e a obra iniciada antes do período vedado pela legislação eleitoral, sendo que a transferência dos recursos referentes a primeira medição se deu em 07/07/2017.

10) EM RELAÇÃO A REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS.

10.a) Que as transferências de recursos do ESTADO DO PIAUÍ para o município de São João do Piauí/PI somente ocorreram após o dia 02/07/2016 em relação as obras iniciadas antes do período vedado.

11) EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA LOCALIDADE AGROVILA II.

11.a) Que as transferências de recursos do ESTADO DO PIAUÍ para o município de São João do Piauí/PI somente ocorreram após o dia 02/07/2016 em relação as obras iniciadas antes do período vedado.

12) EM RELAÇÃO AO ASFALTAMENTO DE VIAS NA ZONA URBANA.

13.a) Em 2016 o Governo do Estado do Piauí realizou obra de asfaltamento em vários municípios sem qualquer interesse político, sendo que no ano de 2015 foram realizadas mais obras de asfaltamento pelo Departamento de Estradas e Rodagens do que no ano de 2016.

Alegaram ainda as preliminares de inépcia e carência da inicial, ausência de litisconsorte passivo necessário com o Governador do Estado e do Secretário das Cidades e de violação à Resolução 23.462/2015 -Da Imprestabilidade da Mídia Juntada.

Certidão dando conta da não apresentação de defesa por parte do investigado VICENTE DE SOUSA SOBRINHO. (fl. 4666)

Certidão informando que o investigado DANTE FERREIRA QUINTANS não apresentou procuração.(fl. 4667).

Certidão informando que alguns investigados não apresentaram documentos pessoais junto com a defesa. (fl.4668).

Os investigados foram intimados para regularizarem o feito, tendo sido ainda intimada a parte autora para se manifestar sobre as preliminares arguidas pelas defesas.

Réplica pela parte investigante às fls.4681/4699.

Os investigados, com exceção de JOSÉ DE ARAÚJO DIAS, regularizaram suas situações processuais. (fls.2677/2683).

Despacho rejeitando as preliminares arguidas pela defesa dos investigados e designando audiência de instrução e julgamento para o dia 29/06/2017. (fl. 4721)

Foi juntada aos autos decisão monocrática proferida pelo Des. Edvaldo Pereira de Moura deferindo pedido liminar em Mandado de Segurança impetrado pelo investigado DANTE FERREIRA QUINTANS para determinar a suspensão da audiência designada (fls. 4725/4730).

No mérito o referido Mandado de Segurança foi denegado, conforme acórdão de fls. 4735/4741.

Audiência de instrução e julgamento realizada no dia 18/07/2018, onde foi concedido prazo para partes e MPE apresentarem diligências. (termo de fls. 4771/4777)

Apenas os investigados DANTE FERREIRA QUINTANS E GIL CARLOS MODESTO ALVES requereram diligências, conforme certidão de fls.4810.

Deferidas em parte as diligências, as mesmas foram cumpridas.

Intimadas, as partes apresentaram alegações finais.

O Ministério Público eleitoral opinou pela Inelegibilidade e Cassação do registro ou diploma DO PRIMEIRO E SEGUNDO INVESTIGADOS, bem como da declaração de inelegibilidade dos demais investigados. (parecer de fls.5110/5135)

É o relatório.

Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

Evitando repetição desnecessária, mantenho a decisão de **fls. 4.721**, pelos seus próprios fundamentos, o qual rejeitou as preliminares. Frise-se ainda que tal decisão foi atacada via Mandado de Segurança que, por sua vez, a manteve, conforme já relatado. Também, mantenho a decisão de **fls. 4.762 e a proferida em audiência (fls. 4.771/4.777)** pelos seus próprios fundamentos. Frise-se também, que tais decisões foram alvo de Mandados de Segurança tendo sido mantidas até o momento.

Ressalto, mais uma vez, não existir nulidade na notificação por AR, tanto que outros investigados, notificados por AR, apresentaram suas defesas.

Passo ao mérito analisando uma a uma as condutas indicadas na inicial aos impugnados.

II.1) EMPRESA R2 COMUNICAÇÕES

Pelo teor das contestações dos impugnados é fato incontroverso que a empresa R2 Comunicações foi contratada pelo Município de São João do Piauí em 31 de agosto de 2015.

Dispõe o art. 73 da Lei 9.504:

*Art. 73. São **proibidas** aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*

(...)

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

(...)

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

(...)

§ 3º As vedações do inciso VI do caput, alíneas b e c, aplicam-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição.

4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.

§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do caput e no § 10, sem prejuízo do disposto no § 4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma

Consta às fls. 62, 68 e 75 release, respectivamente nos dias 04/07/2016, 01/09/2016 e 25/08/2016, nos quais o investigado GIL CARLOS MODESTO ALVES concede entrevista citando parcerias com o Governo do Estado, convênios, reformas e realização de obras públicas.

Os release, conforme constam nos autos, foram enviados para rádios e portais. Importante destacar ainda que nas defesas dos impugnados não há contestação ao teor dos release citados.

Percebe-se, pelas declarações do investigado no release, que sua fala não veiculou anúncio de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nem autorizado pela Justiça Eleitoral, mas sim enfatiza e vincula o gestor, ora investigado, como um dos responsáveis pelos feitos.

O professor Edson de Resende Castro (Curso de Direito Eleitoral, 8ª edição, DelRey, pag. 358) explica:

“A primeira preocupação, objeto da alínea b, diz respeito à publicidade institucional nos três meses que antecedem o pleito, que fica totalmente vedada, tenha ou não caráter informativo, educativo ou orientação social. Ou seja, ainda que a publicidade contenha a formatação determinada pelo comando constitucional, está ela vedada nesse período”

Conforme jurisprudência pátria:

RECURSO. REPRESENTAÇÃO. CONDOTA VEDADA. PROPAGANDA INSTITUCIONAL. PERÍODO VEDADO. ART. 73, INC. VI, AL. I, DA LEI N. 9.504/97. PREFEITO E VICE. REELEIÇÃO. PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS EM SÍTIO DA PREFEITURA. OBRAS. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. FOTOS DO PREFEITO. MULTA. ELEIÇÕES 2016.

Proibição legal de que os agentes públicos, nos três meses que antecedem ao pleito, autorizem publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral. Ilícitude de caráter objetivo. Desnecessária a verificação da intenção dos responsáveis e do conteúdo eleitoral da informação veiculada.

Divulgação de propagandas institucionais, no sítio oficial da prefeitura, a respeito de obras promovidas pela administração municipal, ilustradas com foto do prefeito, candidato a reeleição. Configurada a publicidade irregular dos atos de governo. Ato que proporciona grande visibilidade à atual administração municipal, violando a igualdade de oportunidades entre os candidatos ao pleito.

Penalidade direcionada ao agente público responsável pelo órgão que publicou a notícia, aos partidos, às coligações e a candidatos beneficiados. Multa fixada ao candidato a prefeito e à candidata a vice, de forma individual. Suficiente a sanção pecuniária, haja vista a ocorrência de apenas duas publicações e o diminuto impacto nas eleições municipais, afastando a necessidade de cassação do diploma. Aplicação do princípio da proporcionalidade. Provimento parcial.

(Recurso Eleitoral n 48357, ACÓRDÃO de 11/07/2017, Relator(a) DR. SILVIO RONALDO SANTOS DE MORAES, Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 122, Data 13/07/2017, Página 6)

Recurso. Representação. Publicidade institucional. Art. 73, inc. VI, al. I, da Lei n. 9.504/97. Procedência. Multa. Eleições 2016.

1. Preliminares afastadas. 1.1) Mantida a atribuição de efeito suspensivo ao recurso. A cobrança de multa eleitoral somente pode ser realizada após o trânsito em julgado da decisão, considerando-se dívida líquida e certa caso a obrigação não seja satisfeita no prazo de trinta dias do trânsito. 1.2) A alegação de que os candidatos foram beneficiários da suposta conduta vedada é suficiente para integrarem o polo passivo da lide.

2. É proibido aos agentes públicos, nos três meses que antecedem ao pleito, autorizar a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

3. Publicidade postada entre os dias 24 de agosto e 16 de setembro de 2016, no sítio oficial da Prefeitura Municipal, acerca dos eventos promovidos pela Administração local. Matéria que enaltece as realizações da Administração Pública, repercutindo favoravelmente na candidatura dos representados. A publicidade institucional em período vedado constitui ilícito de natureza objetiva e independe de conteúdo eleitoral.

4. A sanção por conduta vedada é aplicada tanto ao agente público responsável pelo órgão que publicou a notícia, como aos candidatos e à coligação, ambos beneficiados com a publicidade institucional, independentemente da sua participação ativa na prática do ilícito.

5. Redução da multa imposta à coligação ao patamar mínimo legal. Provimento parcial.

(Recurso Eleitoral n 26106, ACÓRDÃO de 26/04/2017, Relator(a) DR. SILVIO RONALDO SANTOS DE MORAES, Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 71, Data 02/05/2017, Página 6)

Portanto, caracterizada nos autos a conduta vedada prevista no art. 73, VI, “b” da Lei 9.504 praticada pelo investigado GIL CARLOS.

II.2) QUANTO A SERVIDORA NATÁLIA ARAÚJO DIAS E O SEU ESPOSO, O COMERCIANTE JOSINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Alegam os investigadores que a servidora, professora efetiva, Natália Araújo Dias sofreu perseguição em virtude de não ter apoiado os investigados nas eleições de 2016. A perseguição, segundo os investigadores, consistiu em reduzir a carga horária da servidora em 20 (vinte) horas e ter sido transferida para a zona rural do Município.

Porém, conforme afirma a própria servidora em seu depoimento, ela foi aprovada para o cargo de professora para a zona rural e com carga horária de 20 (vinte) horas. Mais ainda, afirma que não houve redução de sua remuneração mesmo após a retirada de seu segundo turno.

A concessão de mais 20 horas para professor, denominado segundo turno, segue a conveniência e oportunidade da administração desde que não implique em preterição de classificados em concurso público ou encontre óbice na legislação.

Não havendo redução salarial nem remoção da servidora para local distinto do originário, *in casu*, zona rural, não há que se falar em perseguição ou conduta vedada.

Ademais, não há nos autos provas robustas de que a referida servidora sofreu as supostas pressões a fim de que votasse nos dois primeiros investigados. Apenas a palavra da servidora não é suficiente para tanto.

Quanto ao comerciante Josinaldo Francisco de Oliveira, esposo da Sra. Natália Araújo Dias, alegam os investigadores que o Sr. Josinaldo Francisco de Oliveira foi alvo de abuso de poder e perseguição a fim de captação ilícita de sufrágio, especificamente pelo fato de após as eleições de 2016 (dois dias após o pelito) o Sr. Josinaldo ter recebido notificação verbal e extrajudicial a fim de retirar seu *trailer* da praça Noé Carvalho, no centro de São João do Piauí.

O art. 41- A da Lei 9.605 estabelece que:

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinqüenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.

§ 2º As sanções previstas no caput aplicam-se contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto.

§ 3º A representação contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada até a data da diplomação.

§ 4º O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 3 (três) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial.

Pelo que se denota dos autos, inclusive pelo depoimento do Sr. Josinaldo Francisco de Oliveira, os supostos abusos de poder com captação ilícita de sufrágio ocorreram após as eleições de 2016, o que impede a aplicação do art. 41-A, pois considera captação ilícita a **compreendida entre registro da candidatura até o dia da eleição**.

Não desconheço que há indícios fortes de que o ato administrativo que pleiteou a retirada do Sr. Josinaldo da Praça Noé Carvalho possuiu desvio de finalidade, tanto que o juízo da Vara Única da Comarca de São João do Piauí deferiu medida liminar em favor do Sr. Josinaldo, pois vislumbrou indícios de desvio de finalidade no ato administrativo citado.

Porém, como tal ato foi após as eleições, impede a aplicação do art. 41-A da Lei 9.605.

Concluo, portanto, que **não houve ilícito eleitoral** dos impugnados em face de Natália Araújo Dias e Josinaldo Francisco de Oliveira.

II.3) QUANTO AO PROPRIETÁRIO DO BAR LIGADO AO ESTÁDIO MUNICIPAL, SR. ANTÔNIO EDVALDO RIBEIRO DA SILVA

O fato do Sr. Antônio Edvaldo Ribeiro da Silva ter uma janela em seu estabelecimento comercial que permite acesso ao estádio de futebol é ilegal. O bem público estava sendo depreciado.

O bem público, neste caso, estava beneficiando o Sr. Antônio Edvaldo Ribeiro da Silva indevidamente.

Logo, entendo que a atitude de determinar o fechamento da janela foi correta, **inexistindo ilícito eleitoral no caso**.

II.4) QUANTO AOS SERVIDORES MARCELO DE CASTRO DE OLIVEIRA, URBANO JOSÉ DA SILVA E ROMÁRIO VILANOVA RODRIGUES:

Alegam os investigadores que os senhores MARCELO DE CASTRO DE OLIVEIRA, URBANO JOSÉ DA SILVA e ROMÁRIO VILANOVA RODRIGUES, os dois primeiros servidores contratados como motoristas do SAMU e o terceiro ocupante de cargo em comissão, foram exonerados logo após as eleições municipais em razão de terem adotado posição política própria, contrária aos investigados, sendo que o sr. URBANO JOSÉ DA SILVA teve seu salário congelado, passando a receber somente após ter garantido à Secretária de Saúde de São João do Piauí o seu apoio aos investigados.

Supostas pressões sofridas por detentores de cargos em comissão ou servidores com vínculo precário para mudarem as respectivas contribuições partidárias para o partido do Prefeito candidato à reeleição não constituem conduta tendente a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos.

Ainda que o fato seja moralmente discutível, não se evidencia abuso do poder político, porquanto os ocupantes dos cargos são de livre nomeação e exoneração, sem estabilidade e em caráter precário.

Não existe qualquer vedação para que o gestor não possa dispensá-los a qualquer tempo, pois é a exceção da regra daquilo que já dispõe a Constituição Federal em seu art. 37, inciso II e pela Lei 9.504/97 em seu art. 73, V, "a"

Ressalto que Marcelo de Castro Oliveira e Urbano José da Silva foram ouvidos na qualidade de informante, não prestando o compromisso legal de dizer a verdade. Nenhuma outra testemunha confirmou os fatos narrados pelos informantes, razão pela qual não vejo configurado abuso de poder, conduta vedada ou captação ilícita de sufrágio envolvendo estas duas pessoas.

Enfim, **não há provas robustas do alegado na inicial no tocante a estes ex-servidores.**

Nesse sentido:

Conduta vedada. Nomeação. Cargo em comissão.

1. O art. 73, V, da Lei nº 9.504/97 estabelece, nos três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos, a proibição de nomeação ou exoneração de servidor público, bem como a readaptação de suas vantagens, entre outras hipóteses, mas expressamente ressalva, na respectiva alínea a, a possibilidade de nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.

2. O fato de o servidor nomeado para cargo em comissão ter sido exonerado e, logo em seguida, nomeado para cargo em comissão com concessão de maior vantagem pecuniária não permite, por si só, afastar a ressalva do art. 73, V, a, da

Lei nº 9.504/97, porquanto tal dispositivo legal não veda eventual melhoria na condição do servidor.

Agravo regimental não provido.

(Recurso Especial Eleitoral nº 299446, Acórdão, Relator(a) Min. Arnaldo Versiani Leite Soares, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 233, Data 05/12/2012, Página 24)

II.5) QUANTO A CAPITAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO EM RELAÇÃO A GISELE RODRIGUES SOARES, ANCELMO PEREIRA RODRIGUES E JACKSON GOMES MARQUES

Alegam os investigadores que o investigado Gil Carlos, durante o período eleitoral e dentro da Prefeitura Municipal, atendeu, como médico, a Sra. Gisele Rodrigues Soares, vinculando o atendimento ao voto e assinando com nome e CRM diferentes. **Porém, nenhuma prova robusta e idônea foi produzida pelos impugnantes nesse sentido.**

Com relação ao eleitor Ancelmo Pereira Rodrigues, afirmam os investigadores que este recebeu do candidato a vereador Edmar a quantia de R\$ 2.000,00 para que ele e sua família votassem no aludido candidato a vereador e nos investigados. **Também nenhuma prova robusta e idônea foi produzida pelos investigadores nesse sentido.**

Quanto ao eleitor Jackson Gomes Marques, aduzem os investigadores que este recebeu dinheiro para votar nos investigados e foi conduzido na parte da tarde, no dia da eleição, até a seção eleitoral por duas servidoras contratadas do município. **Novamente, nenhuma prova robusta e idônea foi produzida pelos impugnantes nesse sentido.**

Concluo, portanto, **não restarem configuradas a captação ilícita de sufrágio em relação a Gisele Rodrigues Soares, Ancelmo Pereira Rodrigues e Jackson Gomes Marques.**

II.6) REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO PARQUE 5 DE JULHO

Consta às fls. 183 – Vol. 1, transferência do Estado do Piauí para o Município de São João do Piauí no valor de **R\$ 299.278,62** no dia **13/07/2016** para a reforma do Parque 05 de julho proveniente do Convênio 06/2016, firmado com a FUNDESPI (fls. 271/282 – Vol. 1).

O documento de fls. 296 – Vol. 1, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI dados da reforma do Parque 05 de Julho com as seguintes informações: Processo Administrativo 68/2016 referente Licitação de nº 07/2016 com **abertura em 15/07/2016** tendo por objeto a reforma do complexo poliesportivo.

Ora, se a abertura se deu em 15/07/2016, por óbvio, a obra só começou após esta data e não em junho de 2016. A vencedora da licitação só pode começar a obra após saber o resultado da licitação.

Concluo, portanto, que a transferência do valor citado se deu em período vedado tendo a obra iniciada menos de três meses da eleição, consoante art. 73, inciso VI, alínea "a" da Lei 9.504.

Logo, a transferência voluntária aqui analisada foi feita em período vedado (três meses antes da eleição) tendo a obra também sido iniciada dentro dos três meses antes da eleição para beneficiar as candidaturas dos investigados.

O abuso do poder político ocorre quando agentes públicos se valem da condição funcional para beneficiar candidaturas (desvio de finalidade), violando a normalidade e a legitimidade das eleições (Rel. Min. Luiz Carlos Madeira, AgRgRO 718/DF, DJ de 17.6.2005; Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, REspe 25.074/RS, DJ de 28.10.2005).

No dizer de Edson de Resende Castro (Curso de Direito Eleitoral, 8ª edição, DelRey, página 356):

*"Se o Município celebra convênio com a União ou com o Estado, para receber recursos financeiros para a construção de uma escola, esse convênio, em ano eleitoral, deverá estar firmado e publicado na imprensa oficial antes do período da proibição. E os recursos a serem repassados devem estar empenhados formalmente também antes da data limite. **Finalmente, a obra/serviço já deve ter sido iniciado, pois a ressalva do dispositivo fala em execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado.** Não será suficiente, como normalmente se vê, a corrida para assinatura dos convênios até o último dia do prazo. Se não foram atendidas todas as condições da ressalva, a transferência voluntária é ato nulo de pleno direito, a Justiça Eleitoral deve cuidar para que os recursos voltem à sua origem (suspensão imediata da conduta) e os agentes públicos envolvidos na prática devem sofrer as sanções previstas nos §§ 4º e 5º"*

O Tribuna Superior Eleitoral também:

Art. 73, VI, a, da Lei nº 9.504/97. Convênio celebrado com o governo do estado para a pavimentação de ruas e construção de casas populares. Transferência voluntária de recursos no período vedado, destinados à execução de obra fisicamente iniciada nos três meses que antecedem o pleito. Resolução-TSE nº 21.878, de 2004. À União e aos Estados é vedada a transferência voluntária de recursos até que ocorram as eleições municipais, ainda que resultantes de convênio ou outra obrigação preexistente, quando não se destinem à execução de obras ou serviços já iniciados fisicamente. Recursos Especiais desprovidos.

(Recurso Especial Eleitoral nº 25324, Acórdão de , Relator(a) Min. Gilmar Ferreira Mendes, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 17/02/2006, Página 126)

O voto do Ministro Gilmar Mendes no Resp acima ementado é didático e se amolda ao caso concreto:

Mas, no presente caso, é marcante a sucessão de eventos ligados ao quadro eleitoral em que houve a transferência de verbas públicas durante período vedado. Esses repasses, apesar de respaldados em convênio, destinaram-se as obras cuja execução física foi iniciada nos três meses que antecedem o pleito, justamente o que o art. 73, VI, a, visa coibir, como ficou assentado por este Tribunal na mencionada consulta.

Ao contrário do que pretendem os recorrentes, para atrair a ressalva contida no art. 73, VI a, não basta a mera celebração do convênio ou a formalização dos procedimentos preliminares; é indispensável a sua efetiva execução física antes do início do período de vedação.

Tanto as obras como a transferência voluntária foram feitas dentro do período vedado restando configurado o abuso de poder.

II.7) REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

As reformas de quadras poliesportivas se deram por meio do Convênio 05/2016 firmado com a FUNDESPI (fls. 229 – Vol. 2).

A licitação para reforma se deu por meio da CARTA-CONVITE Nº 05/2016 (fls. 231 – Vol 2), conforme documentação oriunda do TCE-PI. Na referida CARTA-CONVITE consta (fls. 226 – Vol. 2) que a abertura dos envelopes se deu em 11/07/2016

Ora, se a abertura se deu em 11/07/2016, por óbvio, as obras só começaram após esta data, ou seja, no período vedado. A vencedora da licitação só poderia começar a obra após saber o resultado da licitação.

Frise-se ainda que não há controvérsia no tocante a data da transferência do valor do Estado do Piauí para o Município de São João do Piauí, qual seja, 12/07/2016.

Logo, a transferência voluntária aqui analisada foi feita em período vedado (três meses antes da eleição) tendo a obra também sido iniciada dentro dos três meses antes da eleição para beneficiar as candidaturas dos investigados.

Concluo, portanto, que tal transferência e obras se deram em período vedado, consoante art. 73, inciso VI, alínea “a” da Lei 9.504.

A mesma doutrina e jurisprudência do item anterior servem para o presente.

A conclusão é a mesma: **tanto as obras como a transferência voluntária foram feitas dentro do período vedado, restando configurado o abuso de poder**

II.8) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA LOCALIDADE FORMOSA II

Consta às fls. 4.084 – Vol. 17, transferência do Estado do Piauí para o Município de São João do Piauí no valor de R\$ 46.746,51 no dia 29/09/2016 referente a segunda parcela para implantação do sistema de abastecimento d'água da localidade Formosa II proveniente do Convênio 30/2016, firmado com a SDR (fls. 4.083/4.085 – Vol. 17 e fls. 223/224 – Vol. 1).

Concluo, portanto, que tal transferência do valor citado se deu em período vedado, consoante art. 73, inciso VI, alínea “a” da Lei 9.504.

Logo, a transferência voluntária aqui analisada foi feita em período vedado (três meses antes da eleição) tendo a obra também sido iniciada dentro dos três meses antes da eleição para beneficiar as candidaturas dos impugnados.

A mesma doutrina e jurisprudência do item II.6 servem para o presente.

A conclusão é a mesma: **tendo tanto as obras como a transferência voluntária feitas dentro do período vedado resta configurado o abuso de poder.**

II.9) RECUPERAÇÃO DA ESTRADA VICINAL LIGANDO AS LOCALIDADES BOQUEIRÃO E SANTA MARIA

Em que pese constar no documento do TCE/PI (fls. 233 – Vol. 2) o processo administrativo 70/2016 referente a licitação 09/2016 a qual tem por objeto a recuperação da estrada vicinal ligando as localidades Boqueirão e Santa Maria, não constam nos autos documentos indiciários da existência de transferência voluntária de valores no período vedado.

II.10) ASFALTAMENTO DE VIAS NA ZONA URBANA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

O documento de fls. 255 – Vol. 22 oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TEC/PI traz detalhes no tocante ao asfaltamento das ruas e avenidas da zona urbana de São João do Piauí: consta o Processo Administrativo 2105/2016 referente Licitação de nº 30/2016 tendo por objeto o asfaltamento das ruas e avenidas da zona urbana de São João do Piauí. **O órgão responsável pela obra foi o DER-PI.**

Neste ponto é importante ressaltar que as testemunhas Valdeane Costa da Silva, Josinaldo Francisco de Oliveira e Natália Araújo Dias afirmaram que existiram obras de asfaltamento na zona urbana de São João do Piauí no ano de 2016, **no período eleitoral**, tendo, inclusive, a testemunha Moacyr Carlos Rocha Neto, arrolado pelos investigados, afirmado que o responsável pela obra foi o DER-PI. **Às fls. 237 / 239 – Vol.**

1 constam postagens nas redes sociais do investigado Gil Carlos, nos dias 28/09/2016, 22/09/2016 e 23/08/2016, dando conta do asfaltamento na zona urbana de São João do Piauí.

Consta nos autos cópia integral de toda licitação (fls. 301 à 1.837 – Vols. 02 à 10).

Analisando detidamente todo o processo licitatório observo que **transcorreu** da seguinte **maneira: 1º)** o processo foi autuado no dia 20/07/2016 por meio do ofício de fls. 301 – Vol. 2; **2º)** O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial da União e do Estado no dia 28/07/2016 (fls. 1.093 e 1.094 – Vol. 6); **3º)** No dia 05/08/2016 foi publicado no Diário Oficial (fls. 1.010 – Vol. 6) a Portaria nº DGE / 93/2016 constituindo a Comissão Especial de Licitação; **4º)** No dia 29/08/2016 (fls. 1.223 – Vol. 7) consta Ata da Reunião da Comissão Especial de Licitação a qual habilitou e classificou a empresa TERRACON; **5º)** No dia 02/09/2016 foi publicado no DOE (fls. 1.227 e 1.228 – Vol. 7) e no DOU o aviso do julgamento; **6º)** O relatório de julgamento, o termo de adjudicação e homologação da adjudicação são datados de 13/09/2016 (fls. 1.229 / 1.233 – Vol. 7); **7º)** Em 14/09/2016 foi publicado no DOE e DOU o aviso de adjudicação e homologação (fls. 1.234 / 1.235 – Vol. 7); **8º)** O contrato foi assinado no dia 14/09/2016 (fls. 1.237 / 1.250 – Vol. 7) e publicado no dia 14/09/2016 (fls. 1.251 – Vol. 7); **9º)** A ordem de serviço foi dada em 15/09/2016 (fls. 1.254 – Vol. 7)

Denota-se, portanto, que todo o procedimento licitatório se deu de maneira muito célere. Tal celeridade destoava do que corriqueiramente ocorre na administração pública como um todo. A burocracia, enraizada na administração pública brasileira, neste caso desapareceu.

Conclui-se, portanto, que a obra de asfaltamento da zona urbana de São João do Piauí, realizada por órgão do Estado do Piauí, DER-PI, configura abuso de poder político e econômico.

O mesmo se diz quanto as demais obras, quais sejam: **REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO PARQUE 5 DE JULHO, REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS e IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA LOCALIDADE FORMOSA II.** Quanto a estas houve inclusive transferência voluntária de recursos em período vedado e foram iniciadas também dentro dos três meses que antecederam as eleições, conforme já explicitado.

Nesse sentido:

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - RECURSO - CONDUTA VEDADA - ABUSO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO - PRELIMINARES - INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 73, DA LEI Nº 9.504/97 - ILEGITIMIDADE PASSIVA - REJEIÇÃO - MÉRITO - REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS EM PERÍODO PRÉ E ELEITORAL - CIRCUNSTÂNCIAS QUE DENOTAM O FIM DE APOIAMENTO POLÍTICO DO GOVERNO ESTADUAL A CANDIDATO AO GOVERNO MUNICIPAL - PROCEDÊNCIA - CASSAÇÃO DE DIPLOMA, APLICAÇÃO DE MULTA E INELEGIBILIDADE.

- A realização de obras e serviços diversos, principalmente durante o período pré e eleitoral, pelo Governo do Estado, através de gestores de instituições da administração estadual, em circunstâncias que denotam a finalidade de, com tais investimentos, apoiar candidato a Prefeito Municipal, configura a prática de conduta vedada e abuso do poder político e econômico, ensejando a aplicação das sanções previstas na legislação eleitoral não apenas aos agentes públicos envolvidos, mas também aos candidatos beneficiados por tais condutas.

- Recurso conhecido e provido, em parte.

(Ação de Investigação Judicial Eleitoral n 1118, ACÓRDÃO n 1118 de 28/02/2011, Relator(a) PEDRO DE ALCÂNTARA DA SILVA MACEDO, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 47, Data 16/03/2011, Página 8/9)

A ementa acima transcrita (Ação de Investigação Judicial Eleitoral n 1118) trata de caso muito similar ao dos autos ocorrido na cidade de Esperantina-PI durante as eleições municipais de 2008. O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí reconheceu prática de abuso de poder político e econômico quando a máquina estadual foi usada para favorecer candidatura a Prefeito de Esperantina - PI.

No caso concreto, constata-se também que o Governo do Estado realizou obras públicas em benefício das candidaturas dos investigados Gil Carlos e Dante Quintans. O volume de obras, recursos transferidos e celeridade que se deram as licitações e início das obras são provas disto.

A realização das citadas obras e o engajamento da máquina estadual na campanha dos investigados demonstra, segundo a prova dos autos, como desde o início foi idealizada a campanha destes. Registre-se que o próprio impugnado candidato à reeleição procurava demonstrar em suas manifestações de campanha a importância da parceria entre o Município e o Estado.

Neste ponto, importante destacar as participações dos agentes públicos que contribuíram para a prática dos atos.

A reforma do Parque 05 de julho e das quadras poliesportivas se deram por meio de convênios assinados com a FUNDESPI na pessoa do investigado Vicente de Sousa Sobrinho. Repise-se que as obras e as transferências se deram em período vedado demonstrando a intenção deste em beneficiar os dois primeiros investigados e candidatos nas eleições de 2016.

O mesmo raciocínio é válido em relação ao investigado Francisco das Chagas Lima, então Secretário de Desenvolvimento Rural – SDR no tocante a implementação de abastecimento de água na Formosa II, bem como a investigado José Araújo Dias, então Diretor-Geral do DER-PI no tocante ao asfaltamento das vias urbanas de São João do Piauí.

Discorrendo sobre o abuso de poder político, com muita propriedade, ensina o doutrinador Adriano Soares da Costa:

"Abuso de poder político e uso indevido de cargo ou função pública, com finalidade de obter votos para determinado candidato. Sua gravidade consiste na utilização do munus público para influenciar o eleitorado com desvio de finalidade. É necessário que os fatos apontados como abusivos entrem, se encartem nas hipóteses legais de improbidade administrativa (Lei n 9 8.429/92), de modo que o exercício de atividade pública possa se caracterizar como ilícita do ponto de vista eleitoral." (Costa, Institutos de Direito Eleitoral, 8ª ed. 2009, p. 357)

O professor Edson de Resende Castro (Curso de Direito Eleitoral, 8ª edição, DelRey, página 340):

"A verdade é que esses agentes públicos, em período eleitoral, acabam se utilizando de sua posição de destaque para beneficiar candidaturas. Sempre foi a prática corriqueira o uso da 'máquina administrativa' em prol de candidatos que têm a simpatia do Administrador. Quando o

prefeito, o Governador ou o Presidente querem se reeleger ou fazer o seu sucessor, toda a Administração se empenha em mostrar-se eficiente aos olhos dos eleitores, para convencer da necessidade da continuidade daquele governo. Para isso, as obras públicas se avolumam, não param as inaugurações e as campanhas publicitárias são intensificadas, sempre associando-se os benefícios levados ao povo com o Administrador de então. Esses atos de governo/administração, em outras ocasiões até entendidos lícitos, podem caracterizar abuso do poder político, porque assumem finalidade eleitoral. Para a configuração do abuso de que trata a lei eleitoral, não é necessário que o ato administrativo, considerado em si, isoladamente, seja ilícito. Basta que sua motivação tenha sido eleitoral e os seus efeitos graves, com potencial para desequilibrar a relação de forças entre os candidatos, para que se configure o abuso. A pavimentação de ruas em uma comunidade carente, p.ex., reclamada há tempos pelos moradores, mas que deixa para ser feita no mês de setembro, às vésperas da eleição, embora a administração tivesse todas as condições de realizá-la anteriormente.”

O início das obras próximas as eleições desequilibrou a disputa eleitoral. As várias transferências voluntárias de recursos em período vedado constituem ilícito eleitoral gravíssimo.

O volume de obras e transferências voluntárias em período vedado demonstra que a máquina pública serviu às candidaturas dos dois primeiros investigados.

Diante das provas dos autos, só se chega a uma conclusão: **o abuso de poder político e econômico resta patente.**

Quanto aos investigados Edmar Bartolomeu da Silva, Welles Ferreira Freitas, Tito Lívio Dias Piauí, Antônio Nunes Tavares e Gustavo Barbosa Nunes, conforme se verificou nas análises dos *itens II.3, II.4 e II.5*, os atos a estes imputados não foram comprovados, razão pela qual a presente investigação não merece prosperar em relação a eles.

III - DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 22, XIV da LC 64/90 e nos fundamentos acima:

- 1) **JULGO PROCEDENTE** a presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral para **CASSAR os diplomas dos investigados GIL CARLOS MODESTO ALVES e DANTE FERREIRA QUINTANS declarando-os ainda inelegíveis para as eleições que se realizarem nos oito anos seguintes ao pleito;**
- 2) **DECLARO A INELEGIBILIDADE** dos investigados **VICENTE DE SOUSA SOBRINHO, FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA e JOSÉ DE ARAÚJO DIAS** para as eleições que se realizarem nos oito anos seguintes ao pleito.
- 3) **JULGO IMPROCEDENTE** a presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral em relação a Edmar Bartolomeu da Silva, Welles Ferreira Freitas, Tito Lívio Dias Piauí, Antônio Nunes Tavares e Gustavo Barbosa Nunes.

P.R.I.

São João do Piauí, 15 de janeiro de 2019.

Maurício Machado Queiroz Ribeiro

Juiz Eleitoral da 20ª Zona

32ª Zona Eleitoral

Aviso de Intimação

32ª ZE/PI - AVISO DE INTIMAÇÃO

Processo : nº 83 – 80. 2018.6.18. 0032.

Origem: Altos – 32ª ZE/PI

Juíza: Dra. Carmen Maria Paiva Ferraz Soares

Ação/natureza: Prestação de Contas Final de Campanha Eleitoral referente as Eleições 2018 do Partido Democratas de Altos.

Advogado: Dr. Márcilio dos Santos Macedo, OAB/PI nº 13624/PI.

Finalidade: Intimar o Partido Democratas do município de Altos - DEM, por seu representante legal, Dr. Márcilio dos Santos Macedo - OAB/PI nº 1362, para apresentar no prazo de 72(setenta e duas) horas, os extratos bancários do período de campanha, na forma definitiva, sob pena das contas apresentadas serem julgadas não prestadas.

Altos, 14 de Janeiro de 2019.

Maria do Socorro Rodrigues Ribeiro

Chefe de Cartório da 32ª Zona Eleitoral